

Terça-feira

Teresina, 26 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ FUNCIONALISMO PÚBLICO

Auditoria levanta acúmulos na folha e pagamentos irregulares

O objetivo da depuração é identificar inconsistência nos pagamentos e cortar gastos ilegais e desnecessários.

LUCIANO COELHO
REPORTER DE POLÍTICA

A Controladoria Geral do Estado iniciou auditoria na folha de pagamento dos servidores estaduais para apurar acúmulos ilegais e outras irregularidades. O trabalho deve ser concluído no máximo em abril. O objetivo da depuração é identificar inconsistência nos pagamentos dos funcionários públicos e cortar gastos desnecessários ou ilegais. Segundo o controlador-geral do Estado, Nuno Bernardes, a auditoria vai identificar os servidores que estão em idade de se aposentar e permanecem na ativa; os que estão recebendo sem trabalhar e os que têm acúmulo ilegal de contracheques.

Nuno Bernardes confirmou que a auditoria foi iniciada e deve ser concluída até o final do quadrimestre. "Pretendemos concluir o mais rápido possível. Buscamos as inconsistências na folha, no paga-



Foto: Cidadeverde.com

CONTROLADOR-GERAL do Estado, Nuno Cauê Bernardes: auditoria geral na folha de pagamento dos servidores públicos

mento dos salários, de acordo como a lei impõe", informou. A CGE vai cruzar dados da folha do Estado com a Receita Federal e ainda com as folhas dos órgãos do Governo Federal e das prefeituras municipais, inclusive a de Teresina.

O secretário estadual de Administração e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, disse que o Governo ainda não tem projeção dos valores ou

quantidade de servidores, mas confirma que tem distorções. Os servidores irregulares devem ser notificados e devem responder a um inquérito administrativo, com objetivo de retirá-los da folha de pagamento do Estado. O controlador-geral afirmou que de posse do relatório serão adotadas providências internas e notificados os órgãos de controle externos.

Ele disse que atualmente conta com 47 auditores, que serão descentralizados para atuação setorial pelos órgãos da administração pública. "Vamos descentralizar a nossa atuação e dos auditores governamentais. Vamos buscar as inconsistências e o que é vedado por lei, e priorizar as ações estratégicas e fomentar o controle social". Finalizou Nuno Bernardes.

CGE montará banco de dados com TCE

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE) quer montar um banco de dados e fazer um mapeamento das ocorrências mais frequentes e relevantes detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) na apreciação das contas de gestão pública. O objetivo é estabelecer uma rotina de controle e prevenir que essas ocorrências não voltem a acontecer. Para isso,

o controlador-geral Nuno Cauê Bernardes, esteve ontem com o presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes.

Eles trataram a reunião como uma visita institucional com o objetivo de reforçar parceria entre os dois órgãos. Uma dessas atividades será o trabalho preventivo por meio de um mapeamento de riscos para um controle interno preventivo. "Das insti-

tuições de controle, e até por força da própria Constituição, o TCE é o principal parceiro do nosso trabalho. Também nos colocamos à disposição do TCE-PI", afirmou Nuno Bernardes.

O presidente do TCE-PI, Luciano Nunes, disse que o Tribunal de Contas e a Controladoria são órgãos irmãos. "Qualquer informação que exista nos dois órgãos tem

que ser compartilhadas porque evitamos retrabalho, somamos esforços e aumentamos a eficiência. Portanto, essa parceria é necessária", explicou o conselheiro. Uma equipe de gerentes da CGE participou da reunião, que discutiu ações de controle e iniciativas que podem ajudar para o aperfeiçoamento dos trabalhos entre os dois órgãos. (LC)



Lei reduz em até 80% - 25/01/2016 às 10h07

Gestores devem mais de R\$ 20 milhões em multas, afirma TCE

Compartilhar

O manual para quem quer vencer na vida



A pedido da Associação Piauiense de Municípios, a Assembleia Legislativa e o governador deram aprovaram a lei que reduz em até 80% os valores das multas aplicadas aos gestores que passam por cima das regras básicas de administração pública, entre elas a da prestação de contas.

A lei estabelece que os valores das multas aplicadas aos maus gestores pelo TCE têm desconto de 80% caso sejam pagas integralmente em até 90 dias, 60% se forem pagas em até 120 dias e 50% se forem pagas integralmente em até 180 dias.

Para se ter uma ideia do tamanho do desleixo dos gestores, eles devem só em multas ao TCE o total de R\$ 20.888.008,00. Com o desconto a ser aplicado pela lei aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador, esse débito cai para R\$ 4.177.601,30.

É para rir!

Fonte: Com informações do jornal Diário do Povo
Publicado Por: Jhone Sousa